

Revogada pela Lei nº 794/99

LEI Nº630/97

PALMAS 16 DE ABRIL DE 1997.

Dispõe sobre a Reorganização Administrativa do Poder Executivo do Município de Palmas e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Palmas, aprova e eu sanciono a seguinte Lei.

TÍTULO I

DA COMPOSIÇÃO ORGANIZACIONAL BÁSICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE

PALMAS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES SOBRE A COMPOSIÇÃO BÁSICA

Art. 1º - O Poder Executivo representante da administração pública municipal, para o exercício de suas atividades constante da Lei Orgânica do município, disporá de órgãos e unidades próprias da administração direta e indireta, integrados com o objetivo de propiciar o desenvolvimento social e econômico da comunidade municipal com a perfeita integração dos Governos Estadual e Federal.

§ 1º O Poder Executivo será exercido pelo Prefeito Municipal.

§ 2º O Prefeito Municipal no exercício do Poder Executivo será auxiliado e assessorado pelos Secretários Municipais, Assessores imediatos e demais dirigentes principais de cada órgão, ou, unidade componente da Administração Direta ou Indireta.

Art. 2º Compõem a Administração Direta as atividades da Administração Pública operacionalizadas diretamente pelas unidades administrativas, a saber:

I - Órgãos de Consulta e Orientação ao Prefeito Municipal;

II - Unidades de apoio e assessoramento ao Prefeito, voltadas para o cumprimento de missões administrativas;

III - Secretarias Municipais de natureza meio e fim, órgãos com atribuições de planejamento, coordenação, execução e orientação normativa da ação do Poder Executivo.

Art. 3º - Considera-se Administração Indireta a regida por legislação própria e representada por Empresa Pública.

Art. 4º - A Estrutura Organizacional Básica do Poder Executivo terá a seguinte composição:

I - Administração Direta:

a) Conselhos de Consulta, Orientação e Deliberação:

b) Órgão de Assessoramento:

Gabinete do Prefeito

Secretaria do Governo Municipal

Advocacia Geral do Município

Assessoria de Comunicação Social

Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial

Centro de Informática

c) Secretarias Municipais de natureza meio:

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Finanças

d) Secretarias Municipais de natureza fim:

Secretaria Municipal da Educação

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente

Secretaria Municipal de Abastecimento

Secretaria Municipal da Indústria e Comércio

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário

Secretaria Municipal da Cultura

II - Administração Indireta:

Pavimentadora e Urbanizadora de Palmas - Pavipalmas

III - Entidades auxiliares de atuação desconcentrada:

a) Superintendência Municipal de Trânsito e Transportes;

b) Superintendência Municipal de Parques e Jardins.

Art. 5º - O Gabinete do Vice-Prefeito, também, compõe a estrutura básica da Administração Municipal, para prestar assistência direta nas relações oficiais do Vice-Prefeito na recepção, estudo e encaminhamento dos expedientes que lhe forem destinados, e no suprimento dos meios administrativos necessários a sua atuação no cumprimento das obrigações inerentes ao cargo.

Art. 6º - Atendendo a conveniência Administrativa o Prefeito Municipal poderá instalar, por ato próprio, até 02 (duas) Secretarias Especiais ou Extraordinária, integradas ao Gabinete do Prefeito para tratar de assuntos ou programas de interesse administrativo

Parágrafo Único - O ato que vier instalar Secretaria de natureza Extraordinária ou Especial indicará os meios administrativos a serem utilizados, inclusive a vinculação de unidades administrativas temporariamente.

Art. 7º - As Estruturas Organizacionais Básicas de cada uma das Secretarias Municipais, compreendem em unidades administrativas os seguintes níveis:

I - Nível Superior - Secretário Municipal, Advogado Geral de Município e Chefe de Gabinete do Prefeito;

II - Nível de Assessoramento-Chefe de Gabinete de Secretários e da Advocacia Geral do Município e Assessoria Técnica de Apoio;

III - Nível de Gerência e Execução Programática-Diretores de Diretorias, Coordenadores de Coordenadorias;

IV - Nível Operacional - Chefes de Divisões;

V - Nível de Atuação Desconcentrada. Superintendente de Superintendências;

VI - Nível de Atuação Instrumental, comum a todas as Secretarias. Núcleo Setorial de Administração e Finanças;

VII - Nível de Atuação Regional-Núcleo de Administração Regional.

Parágrafo Único - O disposto neste Artigo não se aplica às Secretarias Municipais de Natureza Especial ou Extraordinária que vierem a ser instaladas.

CAPÍTULO II

DAS DISPOSIÇÃO FINAIS SOBRE A ESTRUTURA BÁSICA

Art. 8º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado mediante expedição de decreto:

I - regulamentar a estrutura de cada um dos órgãos e unidades constante deste Título;

II - alterar a estrutura básica fixada no “caput” deste artigo, podendo ter denominação específica, resultar em outras unidades de menor porte, de caráter permanente ou transitório.

Parágrafo Único - Os Órgãos da Administração Indireta instituídos e os que vierem a ser criados por Lei específica terão regulamentação própria.

Art. 9 ° - A Estrutura Organizacional básica constante deste Título tem a representação Gráfica, conforme ANEXOS I e II, que integra a presente lei.

Art. 10 - Os Cargos Comissionados na Administração Direta e Indireta da Prefeitura Municipal de Palmas, são os constantes do ANEXO III, desta Lei.

§ 1º - O valor da remuneração dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas de que trata este artigo, são as constantes do ANEXO IV.

§ 2º - As funções Gratificadas são privativas dos integrantes do Quadro Único de Servidores do município de Palmas.

Art. 11 - A remuneração dos Cargos Comissionados será constituído de duas parcelas, sendo uma vencimento e a outra gratificação correspondente a 100% (cem por cento) daquela.

Parágrafo Único - O titular de Cargo Comissionado, quando ocupante de cargo ou emprego na Administração Municipal, ou a esta cedido, poderá optar pelo vencimento ou remuneração do cargo mais a parcela referente a gratificação prevista no “caput” deste artigo.

Art. 12 - O Prefeito Municipal, por ato próprio regulamentará a estrutura e o funcionamento de cada um dos órgãos e ou indicadas neste Título, exceto a que integra a administração indireta.

TÍTULO II

DA COMPETÊNCIA DAS UNIDADES INTEGRANTES DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL BÁSICA

CAPÍTULO I

DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS DE CONSULTA, ORIENTAÇÃO E DELIBERAÇÃO

Art. 13 - O Chefe do Poder Executivo, através de Decreto disciplinará a composição, atribuição e forma de funcionamento dos órgãos colegiados, observando a legislação específica.

CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO
SEÇÃO I
DO GABINETE DO PREFEITO

Art. 14 - O Gabinete do Prefeito Municipal, compete a recepção, exame e encaminhamento dos expedientes a este endereçados; controle e transmissão de ordens dele emanadas; coordenação e avaliação das ações das administrações regionais; dos Secretários municipais; das Entidades de Administração Indireta, aos quais se incumbem das diretrizes Administrativas e das articulações entre as áreas fins e a população; assistência direta ao Prefeito Municipal na relação com a imprensa; assessoramento aos demais órgãos e unidades em assunto de comunicação; planejamento de campanha de divulgação administrativa e informativa direcionadas ao público do Prefeito; coordenação da agenda oficial relativa a participação do Prefeito em reuniões, solenidades, eventos, o cerimonial e outras atividades afins.

SEÇÃO II
DA SECRETARIA DO GOVERNO MUNICIPAL

Art. 15 - Compete a Secretaria do Governo Municipal a assistência ao Chefe do Poder Executivo na sua representatividade junto as autoridades; atividades de apoio a Junta do Serviço Militar; Coordenação das relações do Executivo com o Legislativo; Coordenação do processo Legislativo através da elaboração de ante-projetos de Leis e respectivas mensagens oriundas dos diversos órgãos ou Entidades da Administração; o acompanhamento e seu trâmite junto a Câmara Municipal; o cumprimento dos prazos dos pedidos de informações ao Poder Executivo solicitados pela Câmara Municipal; assessoramento ao Chefe do Poder Executivo, em tarefas específicas que lhe forem atribuídas e outras atividades afins.

SEÇÃO III
DA ADVOCACIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 16 - Compete a Advocacia Geral do Município a postulação e defesa judicial e extrajudicial dos interesses municipais, em qualquer que seja o foro ou instância, bem como, outras atividades judiciais delegadas pelo Prefeito; o assessoramento aos órgãos, unidades ou Entidades municipais em matéria jurídica; a manifestação através de pareceres em processo administrativos; a preparação de contratos, convênios e acordos, em que o município participe; a instauração de processos de sindicâncias; a cobrança de dívida ativa judicial e outras atividade afins.

SEÇÃO IV

DO CENTRO DE INFORMÁTICA

Art. 17 - O Centro de Informática - unidade vinculada diretamente ao Gabinete do Prefeito Municipal, cuja a estrutura se integra, cabendo-lhe a execução, planejamento, dimensionamento, produção, criação e desenvolvimento de programas e sistemas; atendimento a demanda de serviços de conformidade com as necessidades previamente solicitadas pelos órgãos e entidades que compõe a Administração Municipal; documentação de sistemas; elaboração de manuais e instruções, competindo-lhe a gestão normativa do sistema de informática e outras atividades afins.

CAPÍTULO II

DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NATUREZA MEIO

SEÇÃO I

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 18 - Compete a Secretaria Municipal de Administração a operacionalização dos bens materiais, serviços gerais, sua aquisição, guarda, controle, distribuição e alienação dos inservíveis; administração do patrimônio mobiliário e imobiliário, administração dos meios de transportes entendendo controle de uso, sua guarda e inclusive os equipamentos e máquinas pesadas; administração dos Recursos Humanos entendendo recrutamento, seleção, admissão, lotação, remanejamento, gestão do cadastro de servidores municipais da administração direta e indireta, política geral de Recursos Humanos e gestão do Plano de

Cargos e Salários; avaliação dos servidores municipais; a gestão normativa do Sistema Central de Administração e Recursos Humanos e outras atividades afins.

SEÇÃO II
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

Art. 19 - Compete a Secretaria Municipal de Finanças o planejamento e a execução da política econômica tributária e financeira do município; a gestão da Legislação Tributária e Financeira do município o relacionamento com os contribuintes, seu cadastramento, orientação, arrecadação, fiscalização e o lançamento dos tributos municipais; execução e acompanhamento do Plano Plurianual das Diretrizes Orçamentárias e o orçamento anual de conformidade com as diretrizes governamentais fixadas pelo Chefe do Poder Executivo; a programação e os demonstrativos de desembolso financeiro; a elaboração de Balancete mensal, Balancete anual, publicação dos demonstrativos financeiros previstos pela Constituição Federal; cumprimento das exigências de Controle externo, registro e controles contábeis; controle da dívida pública e da capacidade de endividamento; a gestão Normativa do Sistema Central Financeiro e outras atividades afins.

CAPÍTULO III
DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NATUREZA FIM
SEÇÃO I
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 20 - Compete a Secretaria Municipal de Educação o planejamento e a execução do complexo escolar, entendendo o controle de documentário escolar; assistência ao aluno; o planejamento e a execução das atividades pedagógicas de ensino; pesquisa didática e pedagógica para o desenvolvimento do ensino; execução de atividades esportivas, de lazer e recreação a nível comunitário; executar a política de promoção e de difusão do esporte amador e profissional; contribuir para que se desenvolvam, de modo geral, no território do município, as diversas modalidades de esportes; assistencial a saúde, recreação e outras atividades afins.

SEÇÃO II
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 21 - Compete a Secretaria Municipal de Saúde o comando e o planejamento da política municipal de saúde; a gestão e coordenação da rede assistencial e de apoio diagnóstico e a execução das ações de vigilância epidemiológica, sanitária e nutricional, subordinando, todas as ações setoriais com vistas a promoção, proteção e recuperação da saúde; fiscalização de posturas e articulação de ações de proteção ao meio ambiente, e outras atividades afins.

SEÇÃO III

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO

Art. 22 - Compete a Secretaria Municipal de Abastecimento a execução da política municipal de abastecimento orientando a produção e distribuição dos produtos de primeira necessidade; o estímulo e fomento as atividades de produção rural do entorno da capital; assistência e formação de núcleos de produção; o cooperativismo e o associativismo; assistência e cooperação a pesquisa tecnológica e outras atividades afins.

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA MUNICIPAL DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Art. 23 - Compete a Secretaria Municipal da Indústria e Comércio as atividades relacionadas com o desenvolvimento da Indústria, Agro-Indústria e a expansão do comércio e prestação de serviços; o apoio a iniciativa privada no tocante aos objetivos acima definidos; o estímulo a manutenção e o desenvolvimento de empreendimentos industriais na capital, bem como orientar e apoiar a localização racional de novas empresas e a realocação das já existentes; prestar apoio técnico as empresas, principalmente as de pequena e médio porte, participar, promover, e realizar seminários, eventos, feiras de amostras com vistas a propagar as potencialidades econômicas, sociais e turísticas da Capital do Estado e consequentemente o incremento da produção; promover e estimular o eco-turismo; desenvolver campanhas visando a criação da consciência ecológica e de preservação da natureza; praticar e desenvolver outras atividades afins.

SEÇÃO V

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E MEIO AMBIENTE

Art. 24 - Compete a Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Meio Ambiente o planejamento e a execução por administração direta ou através de terceiros, das obras públicas; as edificações, reformas e reparos, a abertura e conservação de vias públicas e estradas de rodagem, a construção civil, drenagem e calçamento; implementação da fiscalização relativa ao uso e parcelamento de solo urbano e aplicação do código de posturas municipais; desenvolver, planejar e executar a política de meio ambiente e preservação dos recursos naturais; exame de projetos de obras e edificações; permissão ou concessão de uso do solo urbano; a elaboração do sistema cartográfico municipal; fiscalização das formas de poluição sonora e visual; a concessão de Licenças e Habite-se aos projetos de construção, a integração com outras entidades ou órgãos governamentais, como forma de disciplinar a ocupação do setor urbano e outras atividades afins.

SEÇÃO VI

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO

Art. 25 - Compete a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Comunitário o planejamento e a execução de atividades de pesquisas, estudos e análises adequados a formulação de programas de promoção social; atividades de registros de entidades sociais, por participação de projetos; campanhas promocionais e beneméritas de apoio a iniciativas assistenciais e promocionais; incremento de técnicas e métodos adequados ao desenvolvimento comunitário integrado para prevenção da marginalização social; ações necessárias a realocação da população deslocada ou atingida através de ações governamentais ou em decorrência da política de desenvolvimento urbano; a execução da política de assistência de valorização da criança, do adolescente, da mulher e do idoso e outras atividades afins.

SEÇÃO VII

DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

Art. 26 - Compete a Secretaria Municipal de Cultura o planejamento e a execução da política e diretrizes governamentais referentes a cultura; documentar o patrimônio histórico, arqueológico, científico, cultural e o artístico do município; a preservação e o resgate dos bens de valor histórico cultural; incentivar o processo de produção artística;

assegurar a difusão e o intercâmbio cultural; planejar, executar e supervisionar projetos culturais direcionados as escolas e a comunidade; controlar a programação de eventos artísticos e cinematográficos; coordenar o sistema de Bibliotecas Municipais e outras atividades afins.

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS AUXILIARES DE ATUAÇÃO DESCONCENTRADA DE
NATUREZA FIM
SEÇÃO I
DA SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DO TRÂNSITO E TRANSPORTES

Art. 27 - Compete a Superintendência Municipal do Trânsito e Transportes o planejamento e a execução da política municipal de ordenamento do Trânsito e a Fiscalização dos meios de transporte urbano do município; o controle e a execução dos serviços de sinalização urbana; a implantação e manutenção do sistema de semáforos; controle e apoio de trânsito; acompanhamento e controle da política tarifária de transportes urbanos e outras atividades afins.

SEÇÃO II
DA SUPERINTENDÊNCIA DE PARQUES E JARDINS

Art. 28 - Compete a Superintendência de Parques e Jardins, o planejamento e a execução de projetos e programas urbanísticos e de serviços de jardinagem; arborização; urbanização, manutenção e conservação, vistoriação de praças, parques e áreas de lazer e outras atividades afins.

CAPÍTULO V
DA CARACTERIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO
DOS SISTEMAS ESTRUTURANTES

SEÇÃO I

Art. 29 - As atividades de Administração Financeira, de Administração Geral e Recursos Humanos serão caracterizados de formas centralizada, através dos seguintes sistemas estruturais:

- I - Sistema de Administração Geral e de Recursos Humanos;
- II - Sistema de Financeiro;

Art. 30 - As Secretarias Municipais de Finanças e Administração de natureza meio, constituem as organizações base dos sistemas estruturantes e exercerão o papel normativo de supervisão e orientação centralizada.

Art. 31 - As atividades de nível setorial dos sistemas estruturantes serão exercidas pelos núcleos de Administração e Finanças de cada Secretaria e outras atividades fins ou órgãos equivalentes.

Parágrafo Único - O Núcleo Setorial de Administração e Finanças se vincula normativamente aos órgãos cuja base do sistema se situa e administrativamente se subordina a Secretaria cuja estrutura se integra.

SEÇÃO II

DOS SISTEMAS FINANCEIROS E RECURSOS HUMANOS

Art. 32 - Nos termos da legislação em vigor, é da responsabilidade de todos os níveis hierárquicos a correta gestão de recursos públicos do município, assegurando aplicação correta, parcimoniosa e documentada.

Parágrafo Único - A gestão financeira será processada em nome do Prefeito Municipal, sob a orientação e supervisão do Secretário de Finanças, por meio das unidades de Administração e Finanças.

Art. 33 - A administração de Pessoal entendida como gestão e desenvolvimento de Recursos Humanos, será processada de forma centralizada pela Secretaria de Administração

SEÇÃO III

DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

Art. 34 - A prestação de serviços necessários ao funcionamento regular das Secretarias fins e ou órgãos equivalentes será prestado, de forma centralizada pela Secretaria de Administração, através das unidades da Administração e Finanças.

Parágrafo Único - A centralização dos serviços tem por objetivo a padronização, modernização administrativa, aumento de rentabilidade de equipamentos e de materiais e de

uniformização e celeridade processual, redução de gastos operacionais e o combate ao desperdício.

Art. 35 - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado, dentre dos limites dos créditos orçamentários processar o remanejamento de recursos alocados necessários a execução da presente Lei.

Art. 36 - Fica atribuída a Secretaria Municipal de Administração em conjunto com a Advocacia Geral do município a implantação da presente Lei.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 37 - Os Conselhos Municipais de Deliberação Orientação ou Consulta, objeto da presente estrutura, terão suas ações e atribuições regulamentadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo Único - Considerar-se-á serviço público relevante o exercício de funções de membro do Conselho previsto neste artigo.

Art. 38 - Os Cargos Comissionados a Nível de Divisão, deverão ser preenchidos, preferencialmente, por funcionários ocupantes de cargos constantes do Plano de Cargos e Salários do Município de Palmas.

Art. 39 - Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 40 - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PALMAS, aos 21 dias do mês de março.
8º ano da criação de Palmas.

MANOEL ODIR ROCHA

Prefeito Municipal de Palmas

ANEXO III

QUANTITATIVOS DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUANTIDADE	CARGOS	SÍMBOLO
10	Secretario Municipal	DS-1
01	Advogado Geral do Município	DS-1
01	Chefe de Gabinete do Prefeito	DS-1
01	Assessor de Representação em Brasília—DF	DS-2
01	Superintendente de Trânsito e Transporte	DS-2
01	Superintendente de Parques e Jardins	DS-2
02	Secretário Extraordinário	DS-3
11	Chefe de Gabinete do Secretário	DAS-1
01	Assessor de Comunicação Social	DAS-2
02	Repórter	DAS-4
01	Assessor de Relações Públicas e Cerimonial	DAS-2
02	Assessor Especial do Prefeito I	DAS-1
03	Assessor Especial do Prefeito II	DAS-2
01	Motorista de Representação do Prefeito	DAS-5
02	Secretária Executiva	DAS-2
14	Secretária de Gabinete	DAS-5
01	Assessor Chefe de Informática	DAS-1
03	Consultor de Sistemas de Informática	DAS-2
01	Chefe de Núcleo de Administração Regional	DAS-2
01	Gerente do Espaço Cultural	DAS-3
06	Gerente de Obras e Serviços	DAS-3
28	Diretor de Diretorias	DAS-1
14	Chefe de Núcleos Setoriais	DAS-3

10-4	Chefe de Assessorias de Apoio Técnico	DAS-2
16	Assistente de Apoio Técnico I	DAS-3
27	Assistente de Apoio Técnico II	DAS-4
75	Chefe de Divisões	DAS-3
01	Chefe de Agências de Rendas	DAS-4
12	Chefe do Centro de Saúde	DAS-3
13	Chefe do Posto de Saúde	FG-1
07	Diretor de Escola Municipal I	FG-1
19	Diretor de Escola Municipal II	FG-2
08	Diretor de Escola Municipal III	FG-3
34	Vice Diretor de Escola Municipal	FG-4
07	Secretário de Escola Municipal I	FG-2
19	Secretário de Escola Municipal II	FG-3
08	Secretário de Escola Municipal III	FG-4
34	Coordenador Pedagógico de Escola Municipal	FG-4
01	Secretária da Junta de Recursos Fiscais	FG-1
03	Chefe de Biblioteca Pública	FG-1
02	Encarregado do Ginásio Poliesportivo	FG-1
01	Gerente da Casa da Cultura	FG-1
06	Encarregado de Feira Coberta	FG-4

ANEXO III (Redação dada pela Lei nº 686, de 1997).

QUANTITATIVOS DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES

GRATIFICADAS

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUANTIDADE	CARGOS	SÍMBOLO
10	Secretario Municipal	DS-1
01	Advogado Geral do Município	DS-1
01	Chefe de Gabinete do Prefeito	DS-1
01	Assessor de Representação em Brasília - DF	DS-2
01	Superintendente de Trânsito e Transporte	DS-2
01	Superintendente de Parques e Jardins	DS-2
02	Secretário Extraordinário	DS-3
11	Chefe de Gabinete do Secretário	DAS-1
01	Assessor de Comunicação Social	DAS-2
02	Repórter	DAS-4
01	Assessor de Relações Públicas e Cerimonial	DAS-2
02	Assessor Especial do Prefeito I	DAS-1
03	Assessor Especial do Prefeito II	DAS-2
01	Motorista de Representação do Prefeito	DAS-5
02	Secretária Executiva	DAS-2
14	Secretária de Gabinete	DAS-5
01	Assessor Chefe de Informática	DAS-1
03	Consultor de Sistemas de Informática	DAS-2
01	Chefe de Núcleo de Administração Regional	DAS-2
01	Gerente do Espaço Cultural	DAS-3
06	Gerente de Obras e Serviços	DAS-3
28	Diretor de Diretorias	DAS-1

14	Chefe de Núcleos Setoriais	DAS-3
104	Chefe de Assessorias de Apoio Técnico	DAS-2

16	Assistente de Apoio Técnico I	DAS-3
27	Assistente de Apoio Técnico II	DAS-4
75	Chefe de Divisões	DAS-3
01	Chefe de Agências de Rendas	DAS-4
12	Chefe do Centro de Saúde	DAS-3
13	Chefe do Posto de Saúde	FG-1
09	Diretor de Escola Municipal I	FG-1
19	Diretor de Escola Municipal II	FG-2
08	Diretor de Escola Municipal III	FG-3
38	Vice Diretor de Escola Municipal	FG-4
09	Secretário de Escola Municipal I	FG-2
19	Secretário de Escola Municipal II	FG-3
08	Secretário de Escola Municipal III	FG-4
74	Coordenador Pedagógico de Escola Municipal	FG-4
01	Secretária da Junta de Recursos Fiscais	FG-1
03	Chefe de Biblioteca Pública	FG-1
02	Encarregado do Ginásio Poliesportivo	FG-1
01	Gerente da Casa da Cultura	FG-1
06	Encarregado de Feira Coberta	FG-4

ANEXO III

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

QUANTIDADE	CARGOS	SÍMBOLO
01	Superintendente	DS-2
01	Diretor Administrativo Financeiro	DAS-1
01	Diretor de Estudos Projetos e Operações	DAS-1
04	Chefe de Divisões	DAS-3
03	Gerentes de Obras e Serviços	DAS-3
01	Secretária	DAS-5

ANEXO IV

TABELA DE REMUNERAÇÃO DE CARGOS COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS

I - CARGOS COMISSIONADOS

SÍMBOLO	VENCIMENTO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
DS-1	2.000,00	2.000,00	4.000,00
DS-2	1.900,00	1.900,00	3.800,00
DS-3	1.250,00	1.250,00	2.500,00
DAS-1	900,00	900,00	1.800,00
DAS-2	650,00	650,00	1.300,00
DAS-3	450,00	450,00	900,00
DAS-4	300,00	300,00	600,00
DAS-5	200,00	200,00	400,00

II - FUNÇÕES GRATIFICADAS

SÍMBOLO	VENCIMENTO
FG-1	150,00
FG-2	120,00
FG-3	100,00
FG-4	80,00